

## A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em «serviço de Nosso Senhor e proveito comum»

1. O *Livro da Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia, o Cartusiano (c. 1300-1378)<sup>1</sup>, foi durante muito tempo objecto de atenção pelo interesse que a sua edição, levada a cabo em Lisboa em 1495, merecia como presumível protótipo da tipografia em língua portuguesa. Se hoje perdeu prioridade nesse plano (pois, após suspeitas de que

---

<sup>1</sup> Os traços fundamentais da biografia do autor dão-no-lo como formado nas escolas dominicanas antes de entrar na Cartuxa, onde veio a desempenhar funções pastorais em vários locais (Coblença, Estrasburgo, Mogúncia). A sua obra não se restringe à *Vita Christi*, mas esta foi a que o consagrou como autor espiritual, com influência em místicos posteriores, como Inácio de Loiola, Teresa de Ávila, Francisco de Sales. Nela expõe a vida de Cristo, seguindo os evangelhos na concordância *In unum ex quattuor* de Zacarias Crisopolitano, mas para o comentário homilético, dirigido tanto a clérigos e religiosos como a leigos, serve-se igualmente de uma panóplia abundante de autores, de entre os quais sobressaiem, em citação explícita, Agostinho, João Crisóstomo, Anselmo, Bernardo, mas, também, em empréstimos anónimos, obras mais chegadas e de bastante divulgação no seu tempo (*Meditationes vitae Christi* do Pseudo-Boaventura, *Vita Christi* de Miguel Massa, *Descriptio terrae sanctae* de Bircardo de Monte Sião, Nicolau de Lira, etc.). A sua difusão está atestada em inúmeros manuscritos e foi objecto de edição impressa logo em 1472, em Paris e em Colónia, e em 1474 em Estrasburgo, pelas mãos de monges da observância cartusiana. Cf. W. BAIER, «Ludolphe de Saxe», in *Dictionnaire de Spiritualité*, 9, col. 1130-1138; M. I. BODENSTEDT, *The Vita Christi of Ludolphus Carthusian*, Washington, 1944; WALTER BAIER, *Untersuchungen zu den Passionsbetrachtungen in der Vita Christi des Ludolf von Sachsen*, Salisburgo, Analecta Cartusiana, 1977 (3 vols.).

a realidade ficaria fora daquilo que revelavam os testemunhos<sup>2</sup>, surgiram dados que documentam experiências tipográficas anteriores àquela edição nos primórdios do livro português impresso<sup>3</sup>), continuam a pertencer-lhe algumas inovações iconográficas introduzidas pelos impressores alemães que se encarregaram da edição<sup>4</sup>. O texto da tradução foi considerado também de primordial importância, tendo a Academia Real das Ciências feito dele uso prioritário para o seu «copioso e malogrado Dicionário da Língua Portuguesa»<sup>5</sup>.

A autoria de tal tradução (que D. Leonor «mandou estampar e de fôrma fazer em lingoa materna e portugues linguagem [...] por serviço de nosso Senhor e proveito comum») concitou particular atenção, mas tem mantido segredos por revelar<sup>6</sup>. Não só porque

---

<sup>2</sup> Já em 1929 o rei D. Manuel II, *Livros antigos portugueses da biblioteca de Sua Majestade fidelíssima*, Londres, 1929, p. 31, lançara a questão da probabilidade de que oficiais alemães como os que tinham actuado em Espanha tivessem introduzido a tipografia em Portugal em anos anteriores aos do aparecimento da tipografia hebraica. Nada tem sido possível documentar sobre isso. A hipótese de D. Afonso V ter tido contacto com a arte de impressão na sua visita a Paris, em fins de 1476 e inícios de 1477, não passa de especulação e não há indícios de qualquer iniciativa no sentido de implantação da arte em Portugal; outros interesses moviam então os ânimos dos portugueses e dos seus governantes.

<sup>3</sup> A anterioridade passou para o celebrado *Tratado de Confissom* (Chaves, 8 de Agosto de 1489); fac-símile, leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins, Lisboa, 1973. Tem verosimilhança, se não total documentação material, outra espécie conhecida pelo título de *Sacramental* de Clemente Sánchez Vercial, cujo único exemplar conhecido (Rio de Janeiro, BN) se encontra truncado, mas relativamente ao qual se conservam notícias consistentes de que a impressão de tradução portuguesa tinha a data de 1488 e fora feita também em Chaves. Cf. JOSÉ MARQUES, *Tratado de confissom – novos dados para o seu estudo*, Vila Real, 1986; ID., «O arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal», *Forum*, 4, 1988 (sep.); ID., «O Arcebispo D. Jorge da Costa e as impressões quatrocentistas do Sacramental e do Tratado da Confissom», in *Colóquio sobre o livro antigo* (Lisboa, 23-25 de Maio de 1988) – *Actas*, Lisboa, 1992, pp. 39-62.

<sup>4</sup> ARTUR ANSELMO («Tipografia e Filologia: a edição da *Vita Christi* impressa em Lisboa (1495) por Valentim Fernandes», in *Estudos de História do Livro*, Lisboa, 1997, pp. 59-64) assinala que «as primeiras gravuras portuguesas da tipografia cristã sejam precisamente o brasão-de-armas nacionais, o brasão de D. Leonor, a divisa de D. João II (o pelicano) e a divisa de sua mulher (a rede), gravuras publicadas na abertura da *Vita Christi*, bem perto dos blocos que representam a cena do Calvário (de averiguada proveniência germânica) e os Dignitários em adoração (que poderá ter sido aberto em Portugal com a intenção de representar o casal régio)».

<sup>5</sup> FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Historia chronologica e critica da real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, p. 77.

<sup>6</sup> Não esqueçamos as preocupações reveladas ao longo de todo um século por investigadores como J. J. NUNES, «Um problema literário: quem foi o tradutor

alguns aspectos foram aceites com mais confiança de rotina do que em fundamentação crítica dos elementos de base, mas também porque da recondução ao seu ponto de origem depende a recuperação de intenções e de personalidades habitualmente vistas sob outras facetas. Quanto ao primeiro aspecto, convirá advertir que, admitindo-se como evidente o que é formulado por expressões ambíguas e não devidamente contrastadas, se correu o risco de confundir etapas de constituição e de transmissão de uma obra; quanto à segunda questão, não será pouco o que poderá significar a transferência de um trabalho de ambiente de corte para o de mosteiro, ou vice-versa. O apuramento dos agentes que intervêm num determinado momento cultural representado por um texto acolhido por vários grupos não pode ser dado de somenos importância. Arriscamos também nós a nossa proposta, intentando conjugar alguns dados que nos parecem menos atendidos por terem sido considerados isoladamente ou, por num elemento ou noutra, terem ficado de lado.

2. Que tal tradução não era da responsabilidade dos impressores está bem explícito em fórmulas de prómio ou de final de obra, as quais nem por serem mais ou menos consagradas são anódinas. Os impressores não escondiam que aproveitavam uma versão anterior. Contribuíam para dar visibilidade social a um trabalho alheio, sem terem certamente consciência e conhecimento preciso de quem era o seu autor, embora não escamoteassem a origem do manuscrito que lhes chegara às mãos.

A tradução portuguesa (sabemo-lo hoje) é tanto mais de pôr em relevo quanto ela se adiantara a todas as demais que depois haveriam de ter lugar em diversas línguas europeias<sup>7</sup>. Não é pouco

---

da «Vita Christi», *Biblos*, 5, 1929, 472-481, e particularmente MÁRIO MARTINS, «A versão portuguesa da «Vita Christi» e os seus problemas», in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1954, pp. 105-111. A publicação do texto em edição moderna foi intentada sob forma não totalmente pacífica nos critérios utilizados e ficou longe de ter sido levada a cabo depois da morte do seu responsável: LUDOLFO CARTUSIANO, *O Livro de Vita Christi em linguagem português*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos, por Augusto Magne, S.J., Rio de Janeiro, I, 1957; II, 1968.

<sup>7</sup> Tanto quanto se pode rastrear, a tradução portuguesa adianta-se a outras línguas: efectivamente, a tradução alemã de 1396 não é completa e o mesmo acontece com a tradução neerlandesa anterior a 1400; tradução completa nesta língua será, no entanto, impressa em 1488, em Antuérpia, sem que saibamos a data em que se realizou; traduções francesas anónimas corriam antes de 1467 e, pelo ano de

de sopesar que, através da edição impressa, essa tradução, confinada antes aos ambientes privilegiados da corte e do claustro, se tornava acessível a público secular (ainda que nos escape qual o montante da tiragem tipográfica). É de acentuar sobretudo que, por muito que haja de apontar a vontade da rainha Dona Leonor, esposa de D. João II, como patrocinadora da edição, ela responde indubitavelmente também a um ambiente de espiritualidade que se pode ver representado nas próprias individualidades que intervêm na constituição dessa edição<sup>8</sup>. Formalmente, segundo as formulações expressas, não pertenceu aos impressores alemães (Valentim Fernandes e Nicolau da Saxónia) a iniciativa do lançamento da edição e eles não teriam senão correspondido a uma vontade expressa pelos soberanos portugueses. Reduzir, porém, essa vontade a uma decisão isolada dos monarcas seria desvincular o seu gesto de um enquadramento de mais largas repercussões<sup>9</sup>. Certamente que os

---

1477, Jean Mansel assinava uma outra nessa língua, antes da de Guillaume Le Menand que será impressa em Paris em 1490; entre as línguas hispânicas, é já tardia a tradução valenciana de Joan Roig de Corella (*Lo primer de Cartoxá*, Valência, 1496), e mais tardia ainda (1502-1503), a castelhana de Ambrósio de Montesino, feita a pedido do Reis Católicos; só em 1570 se regista a tradução italiana, por Fr. Sansovino, publicada em Veneza. Apesar de a tradução portuguesa vir a ser impressa em 1495, dever-se-á registar que ela não faz esquecer o original latino, como se pode reconhecer na encomenda que Pedro Quaresma, feitor de Cochim recebe em 1517: «hũa Vita Christi em latim e outra em linguagem em quatro volumes» (ANTÓNIO DA SILVA REGO, *Documentação para a história do Padroado português do Oriente*, tomo I, Lisboa, 1957, p. 145). O registo da livreria de D. João III compreende «liuro chamado *Vita Christi*, em latim, de letra de forma, em tauoas, cuberto de coyro vermelho».

<sup>8</sup> JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, Coimbra, 1960, I, pp. 250- 252. Recorde-se, no entanto, que os Cartuxos apenas chegariam a Portugal nos finais do séc. XVI, pela mão de D. Teotónio, arcebispo de Évora, em 1587, não obstante o interesse que D. Martinho de Portugal, embaixador em Roma, tinha manifestado a D. João III em 1535.

<sup>9</sup> É de algum modo estranho que o inventário dos livros da rainha Dona Leonor deixados ao mosteiro da Madre de Deus, inventário elaborado em 1537 (doze anos após a morte da benemérita rainha), não mencione nenhum exemplar desta edição. Sabe-se, por outro lado, que a rainha possuía um exemplar da edição castelhana de 1502, exemplar que D. Manuel II possuía e descreveu em *Livros Antigos Portugueses*, vol. I, p. 66. A corte era praticamente bilingue, pelo que o registo não terá significado especial. Cf. ISABEL VILARES CEPEDA, «Os livros da rainha D. Leonor, segundo o Códice 11 352 da Biblioteca Nacional», *Revista da Biblioteca Nacional*, ser. 2.<sup>a</sup>, 2, 1987, 51-81. A rainha D. Catarina, mulher de D. João III, possuía uma «*Vita Christi* [do] Cartuxano, em romance, guarnecidos em quatro libros». Cf. SOUSA VITERBO, «A livreria real especialmente de D. Manuel», in *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, n. s., 2.<sup>a</sup> classe, tomo IX, parte I, Lisboa, 1902.

patrocínios subjacentes ao encargo régio eram factor fundamental para a aceitação por parte dos dois «parceiros alemães», mas, ainda que nos escapem as condições concretas de um contrato formal que eventualmente tenha existido, não é difícil assumir que, embora estivesse garantido «temporal e transitivo prémio», a receber a seu tempo (com ênfase se acentua no prómio «que delo havemos de haver»), os impressores mediam certamente o alcance de um público disponível<sup>10</sup>, porque interessado na obra. Porém, mais que um rendibilidade material, preferem eles sublinhar o mérito espiritual que lhes advirá pela participação futura nos frutos de contemplação a que a obra empreendida dará lugar. A modalidade da sua expressão lembra colofões de manuscritos medievais, mas não tem seguramente por base apenas um registo cerimonioso e passa por um nível de piedade autêntica.

É facto que nada consta quanto à eventualidade de os dois impressores serem propagandistas da *deuotio moderna* a que a obra em causa correspondia, mas também é fácil imaginar que o conhecimento da difusão que ela tinha assumido no centro da Europa, onde se multiplicavam as suas edições<sup>11</sup>, pudesse ser base de decisão quando os «parceiros alemães» eram postos ao corrente de que existia já uma tradução portuguesa. A «proemial epístola» com que abre o primeiro volume impresso acentua as vantagens da edição em língua materna sobre uma edição em latim e estabelece oposições com outra obra eventualmente concorrente (o apócrifo que começava pela infância do Salvador). Isso denota um juízo que parece trazer a público o que certamente constituíra factores de ponderação em privado e denota terem sido os impressores intervenientes próximos de uma tomada de decisão. Se a iniciativa é formalmente atribuída à corte, o simples facto de os impressores procurarem (a isso alude provavelmente a «muita diligência» do prómio) junto de mercados estrangeiros (Burgos e Sevilha) materiais para a execução da obra (independentemente da sua capaci-

---

<sup>10</sup> Até porque Valentim Fernandes era representante de negociantes alemães na capital portuguesa. Conhece-se, aliás, o montante combinado, anos mais tarde, para a impressão das *Ordenações*; nada menos que setecentos mil reais, quatrocentos mil em pimenta e trezentos mil em cravinho.

<sup>11</sup> Cf. WALTER BAIER, «Ludolf de Saxe», in *Dictionnaire de Spiritualité*, fasc. LXII-LXIII, cita as edições de Paris, 1472; Estrasburgo, 1474; Nuremberg, 1478; Bréscia, 1483; Lião, a. 1486 e 1486; Veneza, 1498. Outras mais se registam ainda; por exemplo, Milão, 1480 e 1488, Nuremberg, 1483, Bréscia, 1495, Paris, 1497 (para apenas referirmos as que se registam em incunábulo de bibliotecas portuguesas).

dade em gerar soluções próprias) sugere a hipótese de que não era tanto uma experiência tipográfica pouco ou nada comprovada<sup>12</sup> que despertava a confiança dos encomendadores, mas certamente mais o empenho («nossa industria») porventura demonstrado em favor da obra pelos candidatos a empresários. A piedade mais que o desejo de lucro deve ter sido factor ponderado por parte deles; o convencionalismo da expressão não o pode excluir em qualquer interpretação preconceituosa. E para a devoção do rei e da rainha esse factor deve ter sido determinante.

Não será com certeza também indiferente que, para a realização do seu trabalho, tenham os impressores sido assistidos pela comunidade franciscana de Xabregas, sob a orientação de Fr. André<sup>13</sup>. Explicitamente e oficialmente, para actualizar lexicalmente a linguagem do texto, libertando-a de arcaísmos molestos; na realidade (a aceitarmos o juízo de Fr. Fortunato de S. Boaventura que advertia em formas mais arcaicas que as variantes de manuscritos que pudera compulsar<sup>14</sup>), certamente mais para apadrinhar uma obra feita «por serviço de Nosso Senhor e proveito comum» e menos para controlar qualquer deslize que estrangeiros há pouco chegados estariam em risco de cometer tanto na composição como na revisão. Foi de facto já sobejamente destacada a qualidade do produto final<sup>15</sup>; a verdade é que dificilmente os modestos frades observantes teriam capacidade para acompanhar a nova arte tipográfica ou, se o faziam, era seguramente mais pelo entusiasmo que a empresa despertava quanto a efeitos esperados na sua acção apostólica do que por competência específica que não teriam.

Não é, efectivamente, de levar pouco em conta quanto se possa considerar que, por essa altura, os franciscanos portugueses priva-

<sup>12</sup> A hipótese só poderia colocar-se para Nicolau da Saxónia se tivéssemos a certeza de que efectivamente a ele se devia o *Breuiarium Eborense* do ano 1490, como lhe foi atribuído por ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS, «Memória sobre as origens da tipografia em Portugal no século XV», in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, 8, 1856, 1-76.

<sup>13</sup> Não parece que haja outras informações a seu respeito além das que constam do colofon e da «carta proemial» da edição em causa. Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, «Franciscanos portugueses – Escritores, mestres e leitores», in *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*, 7, 1979, 451-508 (= *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, *A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 446 ss.

<sup>14</sup> FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Historia chronologica e critica da real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, pp. 77-85.

<sup>15</sup> ARTUR ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa, 1981, pp. 150 ss.

vam com a obra do Cartusiano. Se bem que as nossas informações sejam escassas, não podemos ignorar que nos inventários de livraria dos Franciscanos da Ínsua (Caminha) se registam exemplares manuscritos daquela obra, «em linguagem», copiados entre 1490 e 1494<sup>16</sup>. O tema da Paixão de Cristo aparece também num outro título da livraria desses mesmos franciscanos<sup>17</sup>. Não terá sido sem motivo, por isso, que anos mais tarde o bispo do Porto, D. João de Azevedo, entregaria ao convento de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos um exemplar em latim da mesma *Vita Christi* do Cartusiano, na edição de Estrasburgo de 1474<sup>18</sup>. Também um outro livro sobre a vida de Cristo e que começava pela *Infância do Salvador* (de que, aliás, os impressores alemães procurariam demarcar-se) é referida em tal inventário<sup>19</sup>. É assim muito provável que tais registos<sup>20</sup> estejam relacionados com a irradiação de uma espiritualidade que se apoiava na meditação dos mistérios da vida humana de Cristo, aspecto característico da própria Ordem Franciscana, e correspondia também a uma profunda interiorização da piedade desenvolvida nos derradeiros séculos medievos<sup>21</sup> sob o signo da *devotio*

---

<sup>16</sup> Publicado, na edição mais recente, por JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO, *Nobres Leteras.. Fermosos Volumes – Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV: Os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, 1995, pp. 85 ss.: «50. item a primeira parte de *Vita Christi* que escreveu frei Vasco de Santarém, estando aqui e sendo vigário ano de 1490. 51. item a segunda parte de *Vita Christi* que escreveu frei Tristão de Lisboa, diácono, morando aqui ano de 1493. 52. item a terceira parte de *Vita Christi* que escreveu frei Fernando e deu-ha aaqui frei Francisco Lobo; contem alvará do geral frei João Fellipa. 53. item a quarta parte de *Vita Christi* que escreveu frei Simão de Lisboa morando aqui ano de 1494. Advertimos que, embora o título seja «Inventário de 16.V.1474 por Fr. João da Póvoa», as datas posteriores nele referidas obrigam a supor que o registo se manteve aberto durante pelo menos vinte anos.

<sup>17</sup> Assim reza o n.º 64: «item hũa Paixão de Christo per lingoagem e latim muito boa e tem na fim a morte do duque de Bragança Dom Fernando que ano do Senhor de 1483 foi degolado em Évora cidade por el rei Dom João o II.º. Outras paixões haa em muitas outras da comunidade. A primeira he de frei João da Póvoa».

<sup>18</sup> É Fr. André de Jesus que em 1509, Setembro, 11, anota este exemplar latino: Lisboa, BN, Inc. 1161.

<sup>19</sup> O n.º 38: item hũ livro grande em pergaminho de infantia Salvatoris começa-sse: sabede que aa semelhança da lei velha.

<sup>20</sup> Note-se que a partir dos *Estatutos de Barcelona*, criados na Congregação Geral Franciscana de 1451 (a que assistiu por Portugal o Vigário Provincial, Fr. Rodrigo Arruda, nas mãos de quem a Condessa da Atouguia, Dona Guiomar de Castro, entregaria o Convento de S. Francisco de Xabregas em 1460), o registo de livros se tornava obrigatório.

<sup>21</sup> Cf. ANDRÉ VAUCHEZ, *La spiritualité du Moyen Âge occidental (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup>)*, Paris, 1975.

*moderna*. Não deveriam ser alheios a este movimento os franciscanos observantes do convento de Xabregas, muito embora não seja possível comprovar elementos idênticos na sua livraria em tal período de tempo. Datam efectivamente já de alguns anos depois os elementos referentes a exemplares da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia, como é o da edição de Bréscia, de 1495, e da de Paris, de 1497, que ainda hoje conservamos e que procederam dessa biblioteca<sup>22</sup>. Mas, embora posteriores à edição portuguesa<sup>23</sup>, há-de concordar-se que tais elementos bibliográficos se justificam mais cabalmente por um interesse consolidado que levava os Frades Menores a adquirirem exemplares após um trabalho concluído em tempos anteriores e que certamente ou tinha outras edições de apoio ou contara com manuscritos que hoje desconhecemos. A colaboração com os impressores não foi certamente acto inopinado e, sendo feita a pedido e mandado do próprio palácio real<sup>24</sup>, leva a admitir razões fundamentadas para a escolha numa colaboração que tornava revisores e impressores participantes tão interessados como comprometidos numa acção de largo alcance espiritual.

A rainha Dona Leonor conhecia o ambiente do convento franciscano de Xabregas. Um dos cronistas do tempo deixa assinalado que ela, «para seu descanso nas frequentes visitas que fazia ao

<sup>22</sup> Trata-se respectivamente do Inc. 433 e Inc. 103 (este com o título de *Meditationes vite Christi*) da Bib. Nacional de Lisboa; corresponde ao n.º 96 do Inventário organizado por António Nunes de Carvalho (BNL, Cod. 6963), por 1836; cf. F. FÉLIX LOPES, «Lembranças avulsas da Livraria do Convento de S. Francisco de Xabregas, *Itinerarium*, 24, 1978, 30-54 (= *Colecção de Estudos de História e Literatura*, vol. I, *Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 317-369).

<sup>23</sup> Segundo as informações recolhidas por FR. MANUEL DO CENÁCULO, *Memórias históricas do ministerio do pulpito*, p. 118, e transcritas por FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *op. cit.*, p. 82, havia na biblioteca dos Padres Franciscanos da Observância da Província de Portugal, um exemplar da tradução portuguesa editada em 1495: «tem parte de um dos volumes impresso em pergaminho». São hoje conhecidos 20 exemplares, completos ou incompletos, da obra, existentes em bibliotecas portuguesas; cf. *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas*, Lisboa, 1995. Mais uns 5 exemplares (também entre completos e incompletos) são conhecidos no estrangeiro. Não nos consta que algum desses exemplares se identifique com o descrito por Fr. Manuel do Cenáculo. A escassez de exemplares nas nossas bibliotecas era explicado por Fr. Fortunato de S. Boaventura como devido a «transporte de muitos exemplares da primeira [edição] para as nossas conquistas d'Alem Mar, e nomeadamente para o Reino de Congo». Na livraria de D. Manuel I regista-se um exemplar da *Vita Christi*, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> parte, mas não se confirma que seja em latim.

<sup>24</sup> O empreendimento de mandar «estampar e de fôrma fazer em lingua materna e português linguagem» é atribuído à «serenissima Senhora Rainha».

convento, levantara rente ao muro vasto salão (...) à custa da sua real fazenda»<sup>25</sup>. Não é também de pouco significado, neste enquadramento, que os confessores de D. João II fossem franciscanos, como era Fr. António e, depois, Fr. João da Póvoa, perante quem o monarca ditou o seu testamento<sup>26</sup>. De advertir será igualmente o facto de o rei D. João II votar particular devoção às chagas de Cristo<sup>27</sup>, quando se verifica que a impressão começou a ser feita pela 4.<sup>a</sup> parte da obra, justamente aquela «que tracta ou falla da payxam de nosso senhor e remiidor Ihesu Christo».

As motivações de todos os intervenientes no processo de edição da *Vita Christi* em português correspondiam assim muito provavelmente a acto de devoção e piedade que se sobrepunha a quaisquer outras razões. A xilogravura do verso do frontispício da edição de 1495 que colocava D. João II e Dona Leonor ajoelhados perante a imagem de Cristo no Calvário colocada em primeiro plano é por certo a expressão de uma piedade colectiva assumida por todos os intervenientes na edição.

Em boa parte, tal devoção deverá explicar o grau de aplicação requerida no trabalho. Os cálculos não enganam: quatro volumes com 1060 páginas foram levados a bom termo entre a primavera e o outono do ano de 1495; o ritmo de produção teve assim de atingir uma média de um a dois bifólios por dia, mas as cadências

---

<sup>25</sup> F. FÉLIX LOPES, *ib.*, citando FR. JERÓNIMO DE BELÉM, *Chronica Seraphica*. Parte Segunda, Lisboa, 1753, pp. 142-149.

<sup>26</sup> Como refere GARCIA DE RESENDE, *Crónica de D. João II*, reimp. Lisboa, 1973, cap. 208. Em 1483, era confessor do rei Fr. António, também ele «frade observante de S. Francisco, homem de grande credito e auctoridade», que naquela data foi enviado pelo rei a combinar o casamento do príncipe D. Afonso com a Infanta Dona Joana (*ib.*, cap. 35). Não se identifica a função de confessor com a de capelão e por isso D. Diogo Ortiz (embora se considere como tal no índice daquela edição), não obstante o seu valor como teólogo, teria menor influência na orientação da piedade individual. Sobre a intervenção dos mendicantes na corte como confessores, cf. JOÃO FRANCISCO MARQUES, «Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias (espiritualidade e política)», *Revista da Faculdade de Letras do Porto, ser. Línguas e Literaturas (Anexo V – Espiritualidade de Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII)*, 1993, 53-60.

<sup>27</sup> Não esquece o cronista de o referir (*ib.* cap. 212), quando no leito de morte «hū Francisco da Cunha das ilhas terceyras chegou a elle, e disse-lhe que pollas cinco chagas de Iesu Christo lhe fizesse algũa mercê, que era fidalgo e muyto pobre. (...); e em o outro se sayndo disse el Rey: Ja posso agora isto descubrir: «nunca em minha vida me pedirão cousa ha honra das cinco chagas que non fizesse». Não passou tal aspecto despercebido a D. Manuel II, *op. cit.*, vol. I, p. 68, em interpretação que parece bem mais avisada que a de outros; cf. ARTUR ANSELMO, *op. cit.*, p. 151.

foram variáveis, como se pode deduzir do calendário observado<sup>28</sup>; se tivermos também em conta todas as operações que era necessário desenvolver<sup>29</sup> e levarmos em consideração que a produção acelera no pico do verão (o 3.º volume, de 88 fólhos, é realizado em três semanas, o que aumenta para o dobro a média verificada), teremos de admitir uma dedicação que não era provavelmente devida apenas a razões materiais (de aproveitamento de luz solar), pois implicava empenhamento intenso, e pode mais facilmente ser explicável por disponibilidade interior ditada por piedade verdadeira.

3. Se tais eram as motivações que davam origem à edição impressa, as que haviam presidido à constituição da tradução portuguesa não foram diferentes. A reconstituição do percurso, no entanto, não é fácil nem se apresenta linear. As atribuições tradicionais requerem exame. Importará, por isso, aproveitar as pistas mais manifestas para atingir outras.

O cólofon do primeiro volume impresso informa: «Ho qual livro compos ho venerable meestre Ludolfo prior do moesteyro muy honrrado de Argentina, da ordem muy excellente da Cartuxa, e foy tyrado segundo a ordem da hystoria euâgelical; ho qual mandou tresladar de latym em lingoagem portugues a muyto alta Prinçessa Infante Dona Ysabel, Duquesa de Coymbra, e Senhora de Monte Moor, ao muy pobre de virtudes Dom abade do mosteyro de Sam Paulo.»

Com semelhante declaração reduzia-se o percurso da versão portuguesa da obra de Ludolfo da Saxónia a uma ligeiríssima informação que não abarcava senão o termo de um trabalho mais largo. Mantinha-se, é certo, a memória de D. Isabel de Urgel, esposa do

---

<sup>28</sup> O 1.º vol., com a IV.<sup>a</sup> parte, em 183 fólhos, concluiu-se em 14 de Maio; o 2.º vol., com a I.<sup>a</sup> parte, em 185 fólhos, encerra-se a 14 de Agosto; o 3.º vol., com a II.<sup>a</sup> parte, compreende 88 fólhos e fica terminada a 7 de Setembro; o 4.º vol., com a III.<sup>a</sup> parte, tem 124 fólhos e conclui-se a 20 de Novembro.

<sup>29</sup> São-nos hoje difíceis de imaginar os esquemas de orientação dos compositores e demais artesãos tipográficos nas diferentes operações, nomeadamente no modo de prever e executar a imposição do texto. Não é caso aqui para nos demorarmos na descrição ou análise dos aspectos materiais. Como síntese, retemos o que ARTUR ANSELMO, «Tipografia e Filologia..», *loc. cit.*, aponta: «não há parágrafos nem acentos, os sinais de pontuação restringem-se ao ponto final e aos dois pontos; as frases com aspecto de título ou citação (o critério não é uniforme), compostas em corpo superior ao do texto, são colocadas entre colchetes, os quais podem servir como aspas; a mancha é sempre compacta, em duas colunas bem separadas entre si; os caldeirões são pouco numerosos e um tanto arbitrários».

Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Mas obliterava-se já o nome próprio do responsável pelo presumível trabalho de «tresladação» e não era muito provável que para os impressores de 1495 ou até para Fr. André de Xabregas, revisor do trabalho, fosse imediatamente reconhecível o nome do abade do mosteiro de S. Paulo de Almaziva, em Coimbra, pois Fr. Bernardo de Alcobaça (que se esconde por detrás do «muy pobre de virtudes») falecera já em 1478. Na realidade, ao registarem aquele dado, os impressores estavam apenas a transcrever um cólofon do manuscrito que lhes haviam posto nas mãos. A transcrição incluía simplificação, como se comprova na exclusão do nome próprio. Não presumimos que a responsabilidade fosse totalmente deles, pois se pode atribuir ao próprio Abade de S. Paulo mais facilmente que a outros. Importará, todavia, alargar o nosso campo de observação porque os dados são mais complexos.

A contrapor ao cólofon dessa edição impressa<sup>30</sup> estão os colofões dos manuscritos alcobacenses (Lisboa, BN, Alc. 451, 452, 453) que nos garantem ter o trabalho da «tresladação» decorrido em Alcobaça, nos anos de 1445-1446. Confirmam eles o nome de Fr. Bernardo de Alcobaça. Efectivamente, no Alc. 451, o cólofon, fl. 81, aduz: «Aqueste livro mandou trasladar, aa honra de Jesu Cristo, [seguem-se quatro linhas rasuradas] ao mui indigno, prove de virtudes, Frei Bernardo, monge do dito mosteiro, dê os sete cadernos ata aqui e foi acabado 15 dias de Junho do ano de 1445 anos».

Aceitando que no caso «tresladar» significaria traduzir e que o tradutor seria o monge indicado, presumiu Fr. Fortunato de S. Boaventura que a obliteração por rasura pretendia atingir Fr. Nicolau Vieira, cuja memória não era grata aos cistercienses pela responsabilidade que lhe assacavam de ter estado na origem dos Abades Comendatários que cerceavam a autonomia monástica<sup>31</sup>.

Não pareceria abusivo interpretar (e, por confronto com outros colofões do mesmo período, isso afigura-se legítimo), que as linhas rasuradas conteriam referência a D. Estêvão de Aguiar (Abade de Alcobaça desde 1431 a 1446) e que a rasura teria sido feita depois

---

<sup>30</sup> O cólofon da 4.<sup>a</sup> parte repete-se no cólofon da 1.<sup>a</sup> parte, acabada de imprimir a XIV de Agosto de 1495. Tal informação não consta relativamente à 2.<sup>a</sup> parte, de VII de Setembro de 1495, mas volta a aparecer na 3.<sup>a</sup>, impressa a XX de Novembro de 1495 (note-se, aliás, que essa 3.<sup>a</sup> parte não subsiste entre os manuscritos do Fundo Alcobacense).

<sup>31</sup> *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, p. 79.

de Alfarrobeira, em razão das ligações dele com o regente D. Pedro, a cujo Conselho de Estado pertencia desde Janeiro de 1440. Tal conjectura, porém, parece ser imediatamente contrariada por nota lançada algumas linhas abaixo do referido cólofon e que diz: «o abade que me mandou fazer se finou no ano do Senhor 1446 em o mês de Fevereiro, em dia de Septuagesima, idibus februarii [dia 13 de Fevereiro], o qual foi muito apaixonado em sua vida e jaz em Sam Beento de Enxabregas». A suposta *damnatio memoriae* de D. Estêvão de Aguiar em tal códice colide também com outras referências que não foram apagadas, como é a do cólofon do Alc. 280, fl. 206, de 1443, redigido pelo mesmo Fr. Bernardo, ou a de outro cólofon do mesmo códice, fl. 315v, redigido por Fr. Nicolau Vieira, ou ainda a caracterização do Alc. 386, onde D. Estêvão é tratado como «muy honrado e virtuoso» pelo mesmo Fr. Nicolau Vieira. A verificar-se tal *damnatio memoriae*, no seguimento da sorte da batalha de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449), ela teria sido selectiva; porém, não pode menosprezar-se que a morte do Dom Abade tenha ocorrido três anos antes daquele funesto acontecimento, o que deixa dúvidas quanto à pertinência do argumento. Selectiva, e por isso menos explicável, seria também a rasura do nome de Fr. Nicolau Vieira, já que a sua subscrição permanece noutros códices.

Não é esse o problema maior, ainda que de algum interesse pela intervenção de D. Estêvão de Aguiar. Ele seria sobretudo relevante se a intervenção tivesse retirado alguma informação sobre a autoria do trabalho e este houvesse de ser entendido como tradução.

Informação complementar da que é proporcionada pelos códices alcobacenses referidos deixou Fr. Francisco Brandão nas suas notas do Alc. 120 (antigo Cod. 453), fl. 283, e assumida por Fr. Fortunato de S. Boaventura como recolhida provavelmente de um manuscrito da *Vita Christi* existente no mosteiro de Odivelas<sup>32</sup>. Nele se leria: «este livro mandou tresladar doutro livro a muy illustre Infante D. Izabel ao pobre de virtudes Fr. Bernardo D. Abade do mosteiro de S. Paulo e foy acabado no ano do Senhor de mil IIII LXII a VIII de Novembro». Referia-se esse cólofon à 1.<sup>a</sup> parte da obra; a 4.<sup>a</sup> parte era anterior, «a qual contem a mui amargoza paixão» (...) pois tal livro «foi acabado a 22 de Janeiro de 1459»<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> *Ib.*, pp. 80-82.

<sup>33</sup> «Aquí se acaba a ultima parte do livro da Vida de Jesu Christo contheuda no Evangelho, a qual contem a mui amargoza paixam sua. Deo gratias pera sempre. Aqueste livro mandou tresladar a muito alta Princesa Infante Dona Isabel duquesa

Ao reter-se que o trabalho de Fr. Bernardo aproveitava «outro livro», fica-se com a indicação de que ele não estava a realizar trabalho original. Naquele momento, pelo menos; nada se diz quanto a momentos anteriores. Na realidade, o interesse pela obra de Ludolfo da Saxónia por parte de Dona Isabel de Urgel era anterior ou, no mínimo, contemporânea de um outro trabalho executado em Alcobaça e no qual participara também o mesmo Fr. Bernardo<sup>34</sup>.

Segundo as ditas notas do mesmo Fr. Francisco Brandão, em 1444, João de Colónia, escrivão de puridade da duquesa, dera por concluída a cópia da segunda e da terceira parte do texto latino da *Vita Christi* que ela lhe encomendara<sup>35</sup>. Quantos anos tenham decorrido entre tal incumbência e a encomenda da tradução a Fr. Bernardo não consta; apenas podemos recuperar uma cronologia da actividade deste cisterciense que apresenta a seguinte sequência<sup>36</sup>: em 1445-46, trabalha em Alcobaça, sob as ordens de D. Estêvão para constituir os códices da *Vita Christi*; em 26 de Agosto de 1448 passa a abade de S. Paulo de Almaziva, junto de Coimbra; em 1459 tem concluída a 4.<sup>a</sup> parte daquela mesma obra para a duquesa. A dualidade de encomenda (uma feita por D. Estêvão, outra solicitada por D. Isabel) não passou despercebida à atenção de Fr. Fortunato de S. Boaventura, mas ele próprio considerou que nisso se encontrava um «nó górdio», sem solução previsível, e deixou a presunção de que estaríamos perante obras distintas, uma realizada na juventude e outra na maturidade, tendo o tradutor corrigido possíveis negligências que algumas variantes levavam a documentar<sup>37</sup>.

---

de Coimbra e Senhora de Montemor ao mui pobre de virtudes D. Abade do Mosteiro de S. Paulo a honra e louvor do Senhor Jesu Christo e foi acabado a XXII de Janeiro anno M CCCC LIX».

<sup>34</sup> Os argumentos de FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *op. cit.*, são pertinentes para excluir que estejamos perante duas personalidades distintas.

<sup>35</sup> Retém FR. FRANCISCO BRANDÃO, nos seus apontamentos: «Completo opus uidelicet secunda et tertia pars de Vita Christi compilatum et compositum per quendam Carthusianum monachum; et fuit scriptum et finitum in ciuitate Colimbriensi in curia generosissimi principis Infantis Domini Petri gubernatoris regnorum Portugalie et Algarbii anno Domini M CCCC XL IIII ultimo die mensis Aprilis per manus Ioannis de Colonia, scriptoris camerae Illustrissimae Dominae Elisabeth uxoris dicti principis».

<sup>36</sup> Cf. CARLOS ROMA FERNANDES, *O «scriptorium» de Alcobaça no tempo de D. Fr. Estêvão de Aguiar (1431-1446)*, Lisboa, 1970 (Diss. Fac. Letras).

<sup>37</sup> *História...*, p. 79.

As dificuldades de interpretação começam no significado de «tresladar», pois no cólofon do impresso significa traduzir (do latim) e nos noutros dois casos pode ter simplesmente o valor de «transcrever»; a disparidade poderia desaparecer se admitíssemos que os impressores, ou seu assessor literário, teriam adaptado um registo primitivo. Se tal comportamento era possível, as variantes que encontramos entre os vários testemunhos são mínimas, pelo que temos de admitir que se procurava manter fidelidade a um original (em versão portuguesa). Fr. Bernardo parece vinculado por ele, atitude que seria menos de esperar se a responsabilidade da sua constituição lhe pertencesse integralmente

Outro dado a ter em conta é que o próprio Fr. Bernardo assinala que o seu trabalho só após o sétimo caderno ficou sob a obediência de D. Estêvão. Apontara também Fr. Fortunato como plausível que a tradução do texto dos sete primeiros cadernos do Alc. 451 fosse da responsabilidade de outro monge, Fr. Nicolau Vieira, que colaborara com Fr. Bernardo. Alguns elementos, porém, se opõem a tal hipótese. Em primeiro lugar, seria estranho que em códices com outras traduções se registasse a colaboração entre os dois monges e aqui ela não fosse mencionada no cólofon se realmente tivesse existido; o rigor em delimitar intervenções está, aliás, patente no Alc. 453, onde se regista a dependência do novo Abade de Alcobaça: «Aqueste livro mandou tresladar, aa honra de Jesu Cristo, o muito honrado senhor Dom Gonçalo de Ferreira, dom abade [do m.º] d'Alcobaça e, per autoridade apostollica, padre abbade da hordem [de Cis]tel em este regno, ao pobre de virtudes Frei Bernardo, monge [da dita] hordem». Em segundo lugar, tendo Fr. Nicolau Vieira nascido em 1418, seria pouco provável que, com a idade de menos de vinte anos, tivesse constituído uma tradução de que D. Duarte aproveitou o cap. 8 para o *Leal Conselheiro* (cap. 87), antes de 1438. Aliás, na intervenção de Fr. Nicolau Vieira no Alc. 280, em 1443 (com a obra de *Todo o feito e de todalas vidas e das paixões dos apóstolos*), ele declara explicitamente que escreve («screvi»), o que restringe as suas funções e exclui a de tradutor.

A delimitação feita por Fr. Bernardo de Alcobaça é apenas explícita quanto a incumbência recebida de D. Estêvão de Aguiar. Ao omiti-la quando a encomenda vem de D.<sup>a</sup> Isabel e ao registar-se (de acordo com as notas de Fr. Francisco Brandão) que essa encomenda mandava «treladar de outro livro» fica-se com a indicação de que tal trabalho não compreendia a tradução.

Isso mesmo se depreende de duas notas complementares do Alc. 451; uma, no fol. 56v, em final do 7.º cad., esclarece: «ata aqui fez o scripvam del Rey... †» (infelizmente omite-se o nome e apenas fica um sinal que dificilmente se pode atribuir a escrivão, dada a irregularidade que tal uso representaria); no fólío seguinte, uma outra nota informa: «daqui adeante scripveu frey Bernardo, monge, e o encadernou de todo».

A análise paleográfica dos dois fólíos (e cadernos) separados por tal anotação não leva a grandes contrastes, pois revela apenas escassas diferenças no desenho das maiúsculas ou no peso da escrita, sendo até idênticos os próprios anelados de algumas letras que na linha cimeira sobem para a margem; a diferença de módulo é mais evidente, mas não parece elemento decisivo, pois podem aduzir-se outros sectores em que o mesmo fenómeno se verifica. Por sua parte, dados codicológicos como formatos e empaginação ou regramento, não oferecem variantes dignas de nota a não ser no número de linhas (mas a oscilação entre 45 e 47, a partir do fl. 57, não oferece oposição significativa com as 48 dos cadernos anteriores). Contraste muito maior existe entre os três códices alcobacenses e não os atribuiremos a instituições diversas. Mas, se aqueles dados aproximam os executantes, a distinção feita por anotação contemporânea não parece anulá-la. Para isso teremos de admitir que os hábitos do «escrivão d'el rei» eram seguidos pelos monges cistercienses, o que só poderia ter acontecido por proximidade entre eles ou por imitação a distância, em acto de vontade deliberada.

De qualquer modo, tal subordinação material reduz a hipótese de liberdade que o cisterciense teria como tradutor. E, de facto, não podemos escamotear que, ao anotar-se «scripveu», fica em causa a natureza da intervenção de Fr. Bernardo: se o escrivão não traduz, também não parece fazê-lo o cisterciense. Ou seja, «tresladar» significará somente «escrever» (aliás, aquele verbo é preferido por Fr. Bernardo, enquanto Fr. Nicolau opta pelo segundo).

A intervenção do escrivão do rei<sup>38</sup> leva, por si, a concluir também que a tradução (ou ao menos parte dela) existia previamente na casa real. A contraprova encontramos-na numa anotação,

---

<sup>38</sup> De entre os dados disponíveis, o nome que recolhe maior favor para uma identificação é João Gonçalves, que é conhecido da chancelaria de D. Duarte desde 16 de Dezembro de 1433 (cf. JUDITE ANTONIETA GONÇALVES DE FREITAS, *A Burocracia do «Eloquente» (1433-1438): os textos, as normas, as gentes*, Cascais, 1996), passa a escrivão dos livros do Infante D. Pedro, tomou parte na batalha de Alfarrobeira ao

no fl. 4, col. a, até agora nunca atendida e feita para justificar um espaço em branco na frase: «qualquer que de Deus afirma algũa cousa que non he certa per razom natural [ ] ou per fe ou per a sancta scriptura este presume e peca»; à margem, escreve-se: *assi estava esto em branco no original*<sup>39</sup>.

Se alguma dúvida pudesse haver sobre o valor de «original» a partir do qual se trabalhava (a dúvida podendo ser texto latino ou texto já em português), ela dissipar-se-ia ao reconhecer-se a incorporação do aludido capítulo da *Vita Christi* em português no *Leal Conselheiro*. Se o limite cronológico para a elaboração deste livro é o ano da morte de D. Duarte, facto que ocorre em 1438, temos de recuar no tempo para datar a tradução da *Vita Christi*.

Por outro lado, se com isso a presunção da paternidade da tradução em favor de D. Duarte ganha consistência, podemos reforçá-la com novo elemento a partir de mais um fragmento textual que anda entre os papéis daquele rei. Num quase esquecido estudo sobre o Pai-Nosso na tradição medieval portuguesa, o saudoso Padre Mário Martins, cujo conhecimento das nossas coisas medievais nunca é demais enaltecer, chamou a atenção para a existência de uma glosa dessa oração dominical no *Livro dos Conselhos d'El Rei D. Duarte*, também conhecido por *Livro da Cartuxa de Évora*, e para a dependência de tal versão relativamente à tradução portuguesa do livro de Ludolfo da Saxónia, cap. 37 (Alc. 431, fl. 134-134v)<sup>40</sup>. A semelhança é tão grande que não pode deixar de pressupor conhe-

---

lado do regente, mas em 5 de Novembro de 1451 recebe perdão de D. Afonso V e em 1453 trabalhava na livraria régia, onde nessa data dá por concluído o primeiro volume da *Crónica da Guiné* de Zurara. Cf. HUMBERTO BAQUERO MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 1039 ss. O documento de perdão encontra-se publicado por F. M. SOUSA VITERBO, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 9, parte I, 1901, doc. I, p. 59. O cólofon da *Crónica da Guiné* aduz: «acabousse esta obra na livraria que este Rey dom Affonso fez em Lixboa, dezooito dyas de fevereiro, seendo scripta em este primeiro vellume per Joham Gonçalvez, scudeiro e scrivam dos livros do dicto senhor Rey». A sua actividade na chancelaria deve ter-se prolongado pelo menos até 1464 (segundo investigação de doutoramento por parte de Judite A. Gonçalves de Freitas que conhecemos por intermédio do Prof. Armando Luís de Carvalho Homem).

<sup>39</sup> Advertimos nesta anotação em análise conjunta com João Dionísio e Elsa Branco da Silva, sendo de toda a justiça associarmos estes dois investigadores a este resultado que representa conjugação de interesses por um problema que com eles temos discutido longamente.

<sup>40</sup> MÁRIO MARTINS, «O Pai-Nosso, na Idade Média portuguesa até Gil Vicente», in *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, 1983, pp. 289-319. Serve-se aquele

cimento. Mas tratar-se-ia apenas de um exercício isolado sobre o original latino? Ou não seria antes um desenvolvimento por retoma feito por um tradutor que se afeiçoara ao texto que trabalhara?

Esta segunda alternativa parece mais coerente com a própria teorização do rei eloquente sobre a tradução<sup>41</sup>. Se, enquanto tradutor, D. Duarte aceitava cumprir o preceito de escrever claramente, para se bem poder entender, e fremoso o mais que elle poder e curtammente quanto for necessario», como fruidor do texto intentou obter efeitos rítmicos que o próprio original não apresentava. Não lhe passavam certamente despercebidas as diferenças entre *scriptor*, *compiler*, *commentator*, apontadas por autores como S. Boaventura<sup>42</sup> e por isso não quis alterar o que encontrava no original. Glosou-o certamente depois. Com tal glosa literária, deixou-nos mais um dado para podermos comprovar a sua intervenção no processo de tradução da *Vita Christi* e ajuizar das motivações do seu trabalho.

Se julgamos assim poder deduzir que a tradução portuguesa pertence, com bastante verosimilhança, ao próprio rei D. Duarte, de novo ficamos confrontados com a datação, mas a aceitarmos a proposta feita pelo último editor, seria tal apontamento anterior à subida ao trono, o que nos remeteria para antes de 1433<sup>43</sup>.

4. A nossa conjectura de reformulação literária de um texto traduzido presta-se assim a supor que, enquanto estava livre de outras actividades, o príncipe se ocupava em exercícios tanto intelectuais como piedosos, os quais envolviam leitura de textos,

---

saudoso e erudito jesuíta dos testemunhos existentes na BN de Lisboa, Col. Pombalina, ms. 147, fls. 203-204 e FG, Cod. 3.390, fls. 191v-192. Um outro testemunho é o ms 1928 do ANTT, fl. 226-228; pertenceu à livreria de D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, e é a partir dele que se realizou no séc. XVII a cópia do segundo manuscrito da Bib. Nacional. Infelizmente, a vida já não permitiu àquele saudoso mestre rever as posições que anteriormente havia formulado perante o novo dado que trazia a público.

<sup>41</sup> Consta tal teorização do cap. 99 do *Leal Conselheiro*; por algumas vezes já a ele voltámos: «Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena», in *Actas del II Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 11-14 de Noviembre de 1997)*, ed. Maurilio Pérez González, León, 1998, pp. 133-156; «Os textos clássicos em período medieval: tradução como alargamento de comunidade textual», in *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa – Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, 1999, pp. 41-70.

<sup>42</sup> Cf. A. J. MINNIS, *Medieval theory of authorship*, Londres, 1984, p. 84.

<sup>43</sup> *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. dipl. por João José Alves Dias, Lisboa, 1982, pp. 220-221.

reflexão pessoal e reformulação a partir das leituras e agenciamento literário próprio<sup>44</sup>.

A questão que subsiste é a da acessibilidade a um texto por parte do príncipe, visto que nada consta que a *Vita Christi* fizesse parte das bibliotecas conhecidas<sup>45</sup>. No mínimo, teremos de supor que alguém dele tomara conhecimento no estrangeiro e o fizera chegar às mãos de D. Duarte.

Sabemos que a corte portuguesa era ao tempo um lugar de encontro de personalidades que circulavam na Europa a tal ponto que o próprio Afonso de Cartagena, em missão diplomática junto do rei português, tinha tido oportunidade de se dar conta de fenómenos culturais que se passavam além Pirenéus através de estudantes portugueses que chegavam de Itália<sup>46</sup>. As deambulações do Infante D. Pedro tinham permitido também contactos culturais significativos pois tinham dado azo a recolher livros e a formular projectos e não fora por acaso que uma tradução latina de S. João Crisóstomo lhe fora dedicada<sup>47</sup>. No entanto, apesar da passagem do Infante pela região em que se desenvolvera a *deuotio moderna*, não parece

<sup>44</sup> Trata-se de uma questão pouco estudada para a tradução portuguesa medieval e bom será que se lhe preste atenção com o cuidado que ela merece.

<sup>45</sup> Cf. AIRES A. NASCIMENTO, «As livrarias dos príncipes de Avis», *Biblos*, 69, 1993, 265-287. Aí deixamos expresso que não consideramos o elenco transmitido como tabela exclusiva dos componentes da livraria de D. Duarte; provavelmente não se tratava senão dos livros mais à mão registados por algum tabelião que inventariava os seus bens.

<sup>46</sup> A isso nos referimos em nota no estudo anterior bem como em «Poggio e o seu interesse por códices de Alcobaça», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5.<sup>a</sup> ser., 13/14, 1990, 37-40; cf. também J. N. H. LAWRENCE, «Humanism in the Iberian Peninsula», in A. GOODMAN & A. MACKAY, *The Impact of Humanism on Western Europe*, New York, 1990, p. 223, n. 8.; ABDÓN M. SALAZAR, «El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la Corte de Portugal entre medievo y renacimiento (1421-1431)», in *Medieval Hispanic Studies presented to Rita Hamilton*, ed. A. D. DEYERMOND, Londres, 1976, pp. 215-226; MARÍA MORRÁS, *Alonso de Cartagena – Libros de Tulio: De senectute, De los Ofícios*, Alcalá de Henares, 1996; AIRES A. NASCIMENTO, «Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena», in *Acta del II Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 11-14 de Noviembre de 1997)*, vol. I, León, 1998, pp. 133-156; AIRES A. NASCIMENTO, «Os textos clássicos em período medieval: tradução como alargamento de comunidade textual», in *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa – Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, 1999, pp. 41-70.

<sup>47</sup> G. BATELLI, «Una dedica inedita di Ambrogio Traversari all'Infante Don Pedro di Portogallo, Duca di Coimbra», *La Rinascita*, 2, 1939, 613-616. Trata-se da dedicatória do Geral dos Camaldulenses na sua tradução do *De Providentia* de S. João Crisóstomo.

que se deva a ele a mediação do texto do Cartusiano. Pelo menos não a teria ele guardado na sua biblioteca, pois, de outro modo, sua esposa, Dona Isabel de Urgel, não teria sido levada a incumbir o seu escrivão de puridade de realizar uma cópia do texto latino em 1444.

A mediação mais verosímil parece-nos ser a da Duquesa da Borgonha, Dona Isabel, irmã de D. Duarte, cujo casamento com Filipe, o Bom, conde de Flandres, data de 1429 e foi ocasião de festas esplêndidas, como o conde nunca havia feito nos dois casamentos anteriores<sup>48</sup>. A sua virtude e piedade é celebrada pelos cronistas do tempo, sublinhando a crítica mais recente que a duquesa mantinha uma relação muito estreita com a Cartuxa<sup>49</sup>. Não nos podem passar despercebidos sobretudo os benefícios consignados por ela à família Cartuxa, como regista o obituário da Cartuxa de Champmol, perto de Dijon, para o dia 17 de Dezembro, dia aniversário do seu falecimento<sup>50</sup>; as suas contribuições estendiam-se à manutenção de doze religiosos em seis casas dessa observância<sup>51</sup>. Uma dentre essas Cartuxas, a de Montrenaud, mantinha com a duquesa uma relação de tempos muito recuados, pois na sequência de uma estadia de uns dois meses, entre 6 de Junho e Agosto de 1430, a duquesa tomara a abadia sob a sua protecção e atribuíra-lhe rendas singulares ou regulares. Quanto a Champmol, sabe-se que em 1432, no seguimento do falecimento dos seus dois primeiros filhos, ainda mesmo antes de se dirigir à Borgonha, D. Isabel coloca duas celas sob sua protecção. A decisão de se fazer sepultar nessa Cartuxa tem a data de 20 de Novembro de 1433. Ninguém melhor que ela estava em condições de fornecer a seu irmão o livro da *Vita Christi*<sup>52</sup>, como muito provavelmente fora ela a interme-

---

<sup>48</sup> Note-se que o conde reservou para essa ocasião a criação da Ordem do Tosão de Ouro. Cf. CLAUDINE LEMAIRE et MICHÈLE HENRY, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1397-1471)*, Bruxelas, 1991.

<sup>49</sup> MONIQUE SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVI<sup>e</sup> siècle*, Villeneuve d'Ascq (Nord), 1998, p. 451.

<sup>50</sup> Esta abadia foi escolhida por Filipe da Borgonha e por Isabel para aí ficarem sepultados, dispondo que aí seria celebrada missa diária perpétua, por suas almas; documento em CL. LEMAIRE & MICHÈLE HENRY, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1397-1471)*, Bruxelas, 1991, pp. 97 ss. Tinha essa abadia sido fundada por Philippe le Hardi, avô do duque de Filipe, o Bom, em 1385.

<sup>51</sup> MONIQUE SOMMÉ, *op. cit.*, pp. 463 ss. Os documentos podem encontrar-se em CL. LEMAIRE & MICHÈLE HENRY, *op. cit.*

diária do *Livro de Horas* que lhe pertenceu<sup>53</sup>.

Realizada a tradução, passou ela da corte para Alcobaça, por interesses que terão a ver com o próprio mosteiro, onde se pretendeu fazer uma cópia. Que não ficou exemplar disponível na corte terá de deduzir-se do facto de que, se tal acontecesse, D.<sup>a</sup> Isabel, que obviamente, ao tempo da regência por parte de D. Pedro, tinha acesso à biblioteca real, não a teria pedido mais tarde a Fr. Bernardo. O mesmo se há-de inferir do facto de mais tarde D.<sup>a</sup> Leonor ter usado o manuscrito preparado para D.<sup>a</sup> Isabel, como se deduz do cólofon da edição impressa<sup>54</sup>.

No entanto, a encomenda da obra em latim por D.<sup>a</sup> Isabel, em 1444, constitui um dado que não pode ser ignorado e que provavelmente não está isolado. Podemos presumir que se naquela data João de Colónia assinava a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> partes da versão latina, já anteriormente ele ou outro copiara a 1.<sup>a</sup>. Mas nada obriga a estabelecer relação com o trabalho assinado em 1445 por Fr. Bernardo em Alcobaça. Se D. Isabel conhecia a tradução portuguesa, não é de excluir que continuasse a considerar o original latino como objecto privilegiado de leitura. A encomenda posterior, já com Fr. Bernardo em Coimbra, era complementar da primeira feita ao seu escrivão de pureza. O recurso a ele representava conhecimento do trabalho realizado em Alcobaça e confiança nas suas qualidades. De quando dataria esse conhecimento?

Ao tempo, aquela abadia cisterciense estava sob a direcção de D. Estêvão de Aguiar (1431-1446), a quem se deve o incremento de textos em português, com intenção de renovação da piedade monástica que ele testemunhara na Abadia de Florença junto de D. Gomes, durante uns cinco anos. Desde muito novo estava também D. Estêvão ligado a D.<sup>a</sup> Isabel da Borgonha (pois dela fora escudeiro na corte de D. João I e dela recebera benefícios temporais em favor da família)<sup>55</sup>. A presença na biblioteca real de uma obra como a *Vita Christi* enviada pela sua patrona e a respectiva tra-

---

<sup>52</sup> A data da composição da obra, note-se, é situada pelos críticos entre 1348, tempo em que Ludolfo permanece em Mogúncia, e 1368, o mais tardar. Não se exclui que o autor tenha trabalhado na sua obra desde o período da sua observância dominicana.

<sup>53</sup> MÁRIO MARTINS, *Guia geral das Horas del-Rei D. Duarte*, Lisboa, 1982.

<sup>54</sup> Assumimos tanto mais confiadamente essa hipótese quanto o cólofon não menciona o nome próprio do «tresladador», como já atrás assinalámos.

<sup>55</sup> FR. MANUEL DOS SANTOS, *Alcobaça Ilustrada*, Coimbra, 1710; Carlos Roma Fernandes, *op. cit.*

dução pelo rei D. Duarte não lhe pode ter passado despercebida. O convívio com a corte de D. Pedro, desde o momento em que fora chamado a fazer parte do Conselho de Estado pelo regente (Janeiro de 1440), terá sido ocasião se aperceber da importância da obra e sua integração em programa que vemos concretizado para outros casos que talvez não devam ser desligados deste.

Efectivamente, o *Livro que fala da Vida e Feitos dos Apóstolos*, no códice alcobacense (Alc. 280) traz a data de 1442-1443, em execução de Fr. Bernardo de Alcobaca e de Fr. Nicolau Vieira, cistercienses de Alcobaca. Corresponde ele ao 2.º vol. de um conjunto de cinco preparados por Bernardo de Briuega (Bernardus Briocanus, na forma latina do nome) para Afonso X, o Sábio<sup>56</sup>. Tem-se apontado que a linguagem dessa tradução reflecte usos arcaicos, possivelmente dos tempos de D. Denis; um fragmento que remonta a finais do século XIV ou princípio do seguinte<sup>57</sup> dependeria dessa versão. Para esse volume remeteria possivelmente o registo «Actos dos Apostolos» da livraria de D. Duarte<sup>58</sup>. Agora retoma-se para Alcobaca.

Existe também tradução portuguesa parcialmente correspondente ao 3.º volume da colecção do briocano: impressa em Lisboa em 1513, com o título de *Livro e legenda que fala de todos feytos e payxoões dos santos martires em lingoagem portugues, cõ a payxõ de noso senhor assy como ha escreverõ os sanctos quatro evãgelistas*, está ela já registada no inventário realizado pelos anos 1451-1459 no oratório de S. Clemente das Penhas, em Matosinhos, e provavelmente para ele remetia a ementa «Livro dos Martyres» da livraria de D. Duarte.

Neste inventário de livraria se encontra também uma ementa para «Genesy». Ora, segundo Valentim Fernandes, no mesmo prólogo dos *Autos dos Apóstolos*, «revolvi todos meus livros ata que achey hũ livro intitulado *genesi alfonsii* repartido em cinco livros,

---

<sup>56</sup> M. C. DÍAZ Y DÍAZ, «La obra de Bernardo de Brihuega, colaborador de Alfonso X», *Acta Salmanticensia*, 16, 1962, 145-161; MÁRIO MARTINS, «Bernardo de Brihuega, compilador dos «Autos dos Apóstolos», in *Estudos de cultura medieval*, Lisboa, 1972, pp. 151-170; *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, 2 vols., ed. ISABEL VILARES CEPEDA, Lisboa, 1982 e 1989.

<sup>57</sup> Cf. M. MARTINS, *loc. cit.*; I. V. CEPEDA, *loc. cit.*

<sup>58</sup> Impresso por Valentim Fernandes, em 1513, não esconde o prólogo, em relato atribuído à rainha Dona Leonor, que corresponde ao «que mandara fazer elrei dõ Alfonso de Castella cõ outros muytos livros os quaes juntamente chamou *historia geral*».

côposto per mādado do sobredito Rey [dō Alfonso de Castella] por hū famoso meestre em a sancta theologia chamado Bernaldo de Briuega, e achei no seu segūdo livro, que tracta da ley nova e da viinda do messia, aos CCLXII capitolos, as palavras do começo da presente obra nossa».

Não é fácil articular estes dados que podem não ser mais que elementos hoje desgarrados de todo um plano de biblioteca. Não podemos tão pouco presumir que alguma vez se tenha realizado tradução do *Livro da Vida de Cristo e de Santa Maria*, a que se faz referência no *Livro da Vida e Feitos dos Apóstolos*<sup>59</sup>. Mas não será provavelmente ilegítimo concluir que a tradução da *Vita Christi* feita por D. Duarte se sobrepusesse ao 1.º volume de um conjunto de que a rainha D. Leonor sabia atribuir a D. Afonso de Castela. Alargava também as possibilidades oferecidas pela tradução do Novo Testamento feita pelo próprio rei D. João I, como testemunha Fernão Lopes, e garantida também pelo registo da biblioteca de D. Duarte.

A este rei, pois, atribuiremos o plano de recolher e de executar a tradução portuguesa de uma série de obras que alimentavam a vida espiritual da corte. Com a tradução associada à corte explica-se a intervenção do escrivão real na constituição do manuscrito alcobacense. A intervenção de Fr. Bernardo de Alcobaça não seria de outra natureza. A ausência de atribuição a outro não obriga a reconhecer-lhe responsabilidades que não parecem ser-lhe devidas.

5. Admitindo que a tradução foi realizada na corte e não em Alcobaça, explica-se mais facilmente a nota que acompanha um passo do cap. 33 da *Vita Christi*, na qual se censura uma advertência colocada na margem de lombada do fl. 271 e que refere: «aquesta palavra *paliuro* non entendo ou sta o latim viciado». Um anotador escreve no fundo do fólio: «nom sta [viciado], mas per ventura ho translator non leeo o Papias, o qual diz que paliurus he paa de sebe, a qual chamamos staca ou tancham, o qual tem esta propriedade sempre sta atado e cerquado com verguas e spinhas. Quer ergo dezer o texto: E assi em muytos agora aquelle que he melhor destes he tal como paliuro, scilicet, tal como o paa da sebe, scilicet, que assi como o paa da sebe sempre sta cercado com ver-

---

<sup>59</sup> A reconstituição do seu conteúdo foi proposta por MÁRIO MARTINS, «O “Livro da Vida de Cristo e de Santa Maria” por Bernardo de Brihuega», in *Estudos de cultura medieval*, Lisboa, 1972, pp. 131-149.

guas e spinhas, assi os sobredictos posto que tenham algũa [graça] sempre stam cercados com algũs vicios e pecados». Uma segunda anotação insiste: «leesse em Ysayas, Ysaye XXXIIII.<sup>o</sup>: Et orietur in domibus eius spine et urtice et paliurus in mutationibus eius; ergo, seguesse que o sobredicto vocabulo nõ stava viciado no original. Unde nota que nõ ha de dezer *paluirus* mas *paliurus*, segundo *Catholicon* e ainda segundo o texto de Ysaías».

As anotações só se compreendem por parte de quem tem possibilidade de recorrer a instrumentos gramaticais. Tal acontecia em Alcobaça, onde os monges possuíam o *Vocabularium* de Papias e podiam também confrontar o erro com o registo do *Catholicon* de João Balbo<sup>60</sup> e a quem o convívio com o texto bíblico fazia reconhecer o passo de Isaías.

Não é menos de pôr em relevo a minúcia do tradutor. Ela atinge o escrúpulo doutrinal numa outra nota mantida no Alc. 453, fl. 161, ao passo: «mas Deus que ella chamava sempre o tiinha consigo porque nunca leixava X.<sup>o</sup> de seer Deus, ora seendo a alma aiuntada ao corpo ora fosse apartada». Uma chamada faz saber a relutância do tradutor em admitir tal doutrina, ao mesmo tempo que garante a sua busca de fidelidade ao original: «porque assy sta no latim portanto eu assy puge, mas a my parece nom booa tehologia que a alma per ssy fosse Deus e o corpo apartado fosse Deus, mas como cada huũa destas partes era Deus, leixo-o aos meestres em tehologia; eu fiz como achey».

Alcobaça não foi o único núcleo interessado na tradução da *Vita Christi* que tinha a sua origem na corte. Fr. Francisco Brandão atesta ter visto um exemplar em local não identificado mas que Fr. Fortunato interpreta ter sido no mosteiro de Odivelas, como acima referimos. Na BPM de Évora foram encontrados alguns fragmentos com texto da *Vita Christi* que apresentam ligeiras variantes relativamente ao texto impresso e correspondem ao Livro I, cap. 43, 44 e 46 (fls. 135, 137 e 140v-142 da edição de 1495)<sup>61</sup>. Alcobaça não se contentou com um único exemplar; da 4.<sup>a</sup> parte existe também no Fundo Alcobacense um códice de finais do séc. XV, que termina truncado no fl. 371 e antepenúltimo capítulo; talvez a cópia se destinasse a satisfazer algum pedido do exterior que não chegou a

---

<sup>60</sup> Essa advertência está em FR. FORTUNATO, *op. cit.*, p. 80, em nota ao texto.

<sup>61</sup> AVELINO DE JESUS DA COSTA, «Fragmentos preciosos de códices medievais», in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-linguísticos*, Porto, 1992, p. 73.

ser respondido. Proveniente do mosteiro de Lorvão há também um outro códice, de papel sem marca de água, escrito em caracteres cursivos do séc. XV-XVI, pelo menos por duas mãos que copiam toda a primeira parte do manuscrito alcobacense (Lisboa, ANTT, Lorvão, liv.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 33; o texto termina no fl. 320, no meio do cap. c.<sup>o</sup> LX.<sup>o</sup>, «Da peendencia de Maria Magdalena», vendo-se ainda as pestanas de 5 fólios cortados, por descuido). As ligeiras variantes que esses testemunhos documentam, no entanto, não põem em causa a identidade de um mesmo e único modelo.

A procura do texto correspondia, sem dúvida, a interesses dirigidos para uma piedade concreta. Não era certamente indiferente que a cópia pedida pela Duquesa de Coimbra tivesse obtido resposta a partir da 4.<sup>a</sup> parte e que por essa parte tenha começado o trabalho de impressão de Lisboa. O facto de essa 4.<sup>a</sup> parte ser consagrada à Paixão de Cristo põe o texto em particular relação com devoções ao tempo implantadas entre nós, como é a das chagas de Cristo, aliás, transposta para o plano heráldico na reinterpretação das armas portuguesas, possivelmente no seguimento da batalha do Salado de 1340<sup>62</sup>, tal como o deixam entender documentos que a partir daí evocam e reinterpretem a batalha de Ourique<sup>63</sup>. O *Livro de Horas de Álvaro da Costa* (Bruxelas, BR, ms. iv 1260), de 1480-1490, através do elenco de 44 orações dedicadas à Paixão de Cristo na parte de devocionário, testemunha bem como estava arreigada essa devoção entre nós (e não é testemunho único, pois outro exemplo, diferente na concepção e execução, é o *Tratado da Paixão de Cristo*

---

<sup>62</sup> A *Memoria de admirabili Victoria Christianorum* do ms Lisboa, BN, Alc. 114, fl. 354-363, em cópia do cronista Fr. António Brandão, no séc. XVII, publicada, ainda que imperfeitamente, por FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Commentariorum de Alcobacensi Bibliotheca Manuscriptorum libri tres*, Coimbra, 1827, pp. 586-604, reporta-se àquela batalha e corresponde à história preparada para o ofício da Festa da Vitória dos Cristãos, celebrada em várias dioceses, no dia 30 de Outubro.

<sup>63</sup> Em «O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1978, 365-274, apontámos um dos textos mais antigos de uma interpretação heráldica; cf. também L. F. LINDLEY CINTRA, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3.<sup>a</sup> série, 1, 1957, 197-198; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, pp. CDLXXXIV; IV, cap. DXLI; de 1380 é o discurso do bispo de Lisboa, D. Martinho pronunciado em Paris (NOËL VALOIS, «Discours prononcé le 14 juillet 1380, en présence de Charles V par Martin, évêque de Lisbonne, ambassadeur du roi de Portugal», *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 52, 1891, p. 512); de um século depois, em 1485, é a *Oração de obediência a Inocêncio VIII*, pronunciada por VASCO FERNÁNDEZ DE LUCENA. O tema em apreço atravessa assim o tempo e firma uma devoção.

do mosteiro do Lorvão — ANTT, liv. 9, CF 89 — mandado trasladar por Isabel Cabral). No entanto, já o *Livro de Horas de D. Duarte* dava relevo à Paixão de Cristo<sup>64</sup>. Não seria por certo devoção menor, a julgar pelo trabalho que supomos ter o príncipe desenvolvido para que a *Vita Christi* fosse vertida em português. Se não foi ele próprio quem a traduziu, foi certamente no seu círculo e foi ele um dos primeiros a aproveitá-la. Como príncipe ainda e com a aplicação que um trabalho de tão grande vulto requeria, tanto em tempo como em requinte de processos. Estes estão ainda por revelar.

AIRES A. NASCIMENTO

---

<sup>64</sup> Cf. MÁRIO MARTINS, *Guia Geral das Horas del-Rei D. Duarte*, Lisboa, 1982, pp. 129-163: cap. X, «O ofício da Paixão por S. Boaventura»; cap. XI, «Horas Breves da Santa Cruz»; cap. XII, «Ofício das Dores de Nossa Senhora atribuído ao Papa João XXII».